

Para tranqüilidade da Nação

Extremamente oportuna, a entrevista do presidente do Senado, comentando a crise política para formular votos de que o presidente da República consiga "ultrapassar essa fase difícil", mas advertir de que o Congresso dá garantias de que a Constituição será cumprida "sem o mais leve arranhão". "Se fatos adversos alcançassem o presidente, a Constituição seria inapelavelmente cumprida", disse o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), descartando qualquer solução casuística, do tipo parlamentarismo-já. São palavras sensatas, que merecem registro e comentário, especialmente quando se sabe que o papel a ser desempenhado pelo Poder Legislativo nesta situação de emergência se reveste de importância fundamental.

Credite-se ao Congresso o mérito de ter sabido vencer a inércia que o vinha acometendo — especialmente neste período de crise. O presidente da Câmara dos Deputados, Íbsen Pinheiro (PMDB-RS), demonstrou saudável preocupação em desobstruir a pauta de votação de projetos relevantes. Com isso, foi possível remeter ao Senado proposições que, subindo à sanção do Executivo, significarão passos à frente no processo de abertura da economia e eliminação dos "cartórios", como foi o caso da aprovação do projeto que permitirá a modernização dos portos.

O Congresso é neste momento o guardião da democracia. É a ele que cumpre assegurar a normalidade do funcionamento das instituições. Será ótimo se se manter afastado e acima de qualquer tentativa de agitação ge-

rada para levá-lo a adotar decisões censuráveis, incompatíveis com a gravidade do momento histórico que o Brasil atravessa, carregado de presságios mas a ser transposto sem o recurso a *expedientes* lucubrados para contornar o espírito da Constituição — decisões passageiras e demagógicas, suscetíveis de criar no curto prazo dificuldades maiores do que as de agora.

E que não se venha a invo-

visando a que se examinem fórmulas de emergência também não deverão sequer ser ouvidos. Nada têm a dar, no sentido de oferecer, para que a crise seja erradicada, sugestões que consultem o interesse público.

É no âmbito das decisões autônomas que se adotarão no Congresso — inclusive se for chamado a aprovar o programa do sr. Itamar Franco — que se definirá o destino do



H. FERRÃO

car o chamado Poder Moderador. Os militares estão, felizmente, plenamente conscientes de que a missão das Armas estará muito bem realizada ao cumprir e fazer cumprir a Constituição. O parlamentarismo-já é uma panacéia destinada a reproduzir 1961, com o plebiscito inconstitucional de 1963 e a intervenção cirúrgica de 1964. Grupos que busquem fazer pressão, fora do Legislativo,

País. O que não impede que se encarem os problemas do presente com a dupla visão demonstrada pelo presidente do Senado Federal. Com justeza, S. Exa. observou: "Todos os Poderes devem dar-se as mãos para ultrapassar esta fase difícil". Mas, de outro lado, lembrando a longa transição do autoritarismo para o Estado de Direito, asseverou: "Esperamos ter alcançado maturidade para encarar esses fatos

(os que se ligam à atividade da CPI do Congresso para apurar a ação do sr. Paulo César Farias no governo), que são graves. Para isso, precisamos contar com a colaboração de todos os brasileiros responsáveis".

Aí está uma reflexão a ser avaliada. Cabe à sociedade prestigiar o Congresso nesta tomada de posição em favor das soluções assinadas na Constituição. Na medida em que sustentarem a defesa da ordem e da Constituição e souberem repudiar a escolha de atalhos que levem a vulnerá-la, os cidadãos estarão concorrendo para que o advento de dias melhores seja antecipado. Não haverá ocasião para que qualquer espécie de *mágica* possa produzir bons frutos. Talvez mesmo a crise seja oportuna, no sentido de produzir a melhor ocasião para que todos constatem que, depois da longa transição mencionada pelo senador Mauro Benevides, o País já dispõe de regime que sabe equilibrar a liberdade e a ordem e cujas instituições políticas criaram depressa raízes na sociedade, disposta a sustentá-las contra tentativas de subvertê-las.

O presidente do Senado não procurou tapar o sol com peneira. De forma simples, mas firme, adiantou que "as conclusões da CPI poderão ter desdobramentos consequentes". Não importa que o desejo de todos seja que tais desdobramentos se dêem na linha reta do cumprimento da Constituição. É preciso que alguém, com a autoridade do senador Mauro Benevides, o proclame, para tranqüilidade da Nação e desmistificação dos aproveitadores da crise.